



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Duzentos anos depois:
A atualidade de Karl Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 04 a 07 de junho de 2018

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

**O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL E SEUS DESAFIOS NA
CONTEMPORANEIDADE**

Douglas Alves dos Santos¹

Resumo: O trabalho como categoria fundante do ser social faz parte da história humana desde a antiguidade. Nesse breve texto, com as contribuições dos escritos de Marx, em um primeiro momento discorremos sobre a constituição do homem como ser social e sua reprodução. Logo após essas considerações procuraremos discorrer sobre a história e a relação do trabalho, como ato político e transformador da sociedade, da (o) assistente social e seus desafios na contemporaneidade.

Palavras-chave: Trabalho; Serviço Social; Questão Social.

The work of the Social Worker and its challenges in the contemporaneity

Abstract: The founding work as a category of social being is part of human history since antiquity. In this brief text, with contributions from the writings of Marx, in a first moment discourse about the constitution of man as a social being and its reproduction. Soon after these considerations we discuss the history and the relationship of labor, as a political act and transforming society, the social worker and its challenges in the contemporaneity.

Keywords: Work; Social Services; Social issue.

INTRODUÇÃO

O trabalho como categoria fundante do ser social faz parte da história humana desde a antiguidade. Na história, o trabalho da (o) assistente social passou por profundas transformações desde a sua constituição pela formação acadêmica e profissional. Desde sua criação com influência católica e técnicas importadas, sua história foi permeada de mudanças no perfil da formação/atuação dos trabalhadores. Como atualização teórica do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina, é incorporado o pensamento marxista na formação profissional, apontaremos alguns pontos para reflexão sobre essa incorporação teórica.

Com o desenvolvimento do capitalismo e sua apropriação do trabalho (relação capital X Trabalho), as Revoluções industrial e tecnológica ocorridas nos últimos séculos,

¹ Assistente Social formado pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Estudante de Pós Graduação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social. Email: <douglas.alves.santos@hotmail.com>.

Declara-se concordância expressa com a divulgação do conteúdo deste trabalho por parte da comissão organizadora do XIII Encontro Nacional de Política Social ENPS 2018.

ocorrem mudanças que transformam a vida dos trabalhadores, inclusive das (os) assistente sociais.

No fim do século XX, com a incorporação do pensamento Neoliberal no Brasil, as condições de trabalho da categoria começam a sofrer mudanças no cotidiano profissional. Procuraremos apontar sobre alguns aspectos históricos da formação profissional, as transformações no trabalho e os desafios colocados aos profissionais assistentes sociais no cenário contemporâneo.

O homem como ser social

Como aponta Marx (1968), a essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como sujeito, como pessoa, é o trabalho. Compreendendo, pois, que somente a economia política que reconheceu o trabalho como seu princípio.

Aponta o autor, o objeto da riqueza, recebeu ao mesmo tempo, a maior generalidade dentro dos limites da natureza na medida em que, como natureza, é também imediatamente riqueza objetiva. A terra somente é para o homem mediante o trabalho. A essência subjetiva da riqueza transfere-se, portanto, para o trabalho. Na antiguidade, o trabalho aparece primeiro na agricultura, é o único trabalho produtivo, depois passa a ser reconhecido como trabalho em geral. Porém esse trabalho

[...] ainda não é entendido na sua generalidade e abstração ele está ligado a um elemento natural particular, à sua matéria; é conhecido apenas em um modo particular de existência naturalmente determinado. Por isso é ainda uma alienação determinada, particular do homem, da mesma maneira que seu produto é apreendido ainda como uma riqueza determinada, que depende mais da natureza do que do próprio trabalho (MARX, 1968).

A terra é reconhecida aqui ainda como um modo de existência natural, independente do homem, e não como capital, isto é, não como um momento do próprio trabalho. O trabalho aparece muito mais como um momento da terra, como um elemento natural muito simples, e ao reconhecer-se sua essência, ainda que parcialmente, em sua existência subjetiva sob um modo particular, está já iniciado necessariamente o passo seguinte, de reconhecer a essência geral da riqueza e elevar por isso a princípio o trabalho em sua forma mais absoluta, isto é, abstrata (MARX, 1968).

Toda riqueza se transforma em riqueza industrial, em riqueza do trabalho, e a indústria é trabalho acabado, assim como o sistema fabril é a essência desenvolvida da indústria, isto é, do trabalho, e o capital industrial é a forma objetiva acabada da

propriedade privada. Em primeiro lugar a propriedade privada é considerada apenas em seu aspecto objetivo, mas tomando o trabalho como sua essência. Sua forma de existência é por isso o capital.

Mas o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada como exclusão da propriedade, e o capital, trabalho objetivo como exclusão do trabalho, é a propriedade privada como relação desenvolvida da contradição e por isso uma relação enérgica que tende para sua resolução.

Para o autor

O comunismo como superação positiva da propriedade privada, enquanto auto-alienação do homem, e por isso como apropriação efetiva da essência humana através do homem e para ele; por isso, como retorno do homem a si enquanto homem social, isto é, humano; retorno acabado, consciente e que veio a ser no interior de toda a riqueza do desenvolvimento até o presente. Este comunismo é, como acabado naturalismo = humanismo, como acabado humanismo = naturalismo; é a verdadeira solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a resolução definitiva do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-afirmação, entre liberdade e necessidade (Notwendigkeit), entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se conhece como esta solução (Marx, 1968).

A superação positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana é por isso a superação positiva de toda alienação, isto é, o retorno do homem da religião, da família, do Estado, etc, ao seu modo de existência humano, isto é, social.

Sobre essa superação positiva da propriedade privada, prossegue o autor “o homem produz o homem, a si próprio e a outro homem; como o objeto, que é a atividade imediata de sua individualidade, é ao mesmo tempo seu próprio modo de existência para o outro homem, o modo de existência deste e o modo de existência deste para ele” (idem). Tanto o material do trabalho como o homem enquanto sujeito são, ao mesmo tempo, resultado e ponto de partida do movimento (e no fato de que têm de ser este ponto de partida reside justamente a necessidade histórica da propriedade privada).

Para MARX (1968), o caráter social é, pois,

[...] o caráter geral de todo o movimento; assim como é a própria sociedade que produz o *homem* enquanto *homem*, assim também ela é produzida por ele. A atividade e o gozo também são sociais, tanto em seu *modo de existência*, como em seu conteúdo; atividade *social* e gozo *social*. A essência *humana* da natureza não existe senão para o homem *social*, pois apenas assim existe para ele como *vínculo* com o *homem*, como modo de existência sua para o outro e modo de existência do outro para ele, como elemento vital da efetividade humana; só assim existe como *fundamento* de seu próprio modo de existência *humano*. Só então se converte para ele seu modo de existência *natural* em seu modo de existência *humano*, e a natureza torna-se para ele o homem. A sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a

verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo acabado do homem e o humanismo acabado da natureza (Marx, 1968).

O autor prossegue seu argumento dizendo que “mesmo quando eu atuo cientificamente, também sou social, porque atuo enquanto homem. Não só o material de minha atividade me é dado como produto social, como também meu próprio modo de existência é atividade social, porque o que eu faço de mim, o faço para a sociedade e com a consciência de mim enquanto um ser social”.

Para Marx, o indivíduo

[...] é o ser social. A exteriorização da sua vida — ainda que não apareça na forma imediata de uma exteriorização de vida coletiva, cumprida em união e ao mesmo tempo com outros — é, pois, uma exteriorização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida genérica, ou quanto mais à vida genérica seja uma vida individual mais particular ou geral (MARX, 1968).

Como consciência genérica o homem confirma sua vida social real e não faz mais que repetir no pensar seu modo de existência efetivo, assim como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica e é para si, na sua generalidade, enquanto ser pensante.

O homem é, na mesma medida, a totalidade, a totalidade ideal, o modo de existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo que também na efetividade ele existe tanto como intuição e gozo efetivo do modo de existência social, quanto como uma totalidade de exteriorização de vida humana. Portanto, pensar e ser são, pois, na verdade, diferentes, mas, ao mesmo tempo, formam em conjunto uma unidade.

Para o homem em sociedade

[...] a efetividade objetiva se configura em geral como a efetividade das forças essenciais humanas, como efetividade humana e por isso como efetividade de suas próprias forças essenciais, todos os objetos se lhe apresentarão como objetivação de si próprio, como objetos que confirmam e efetivam sua individualidade, como seus objetos, isto é, o objeto vem a ser ele mesmo. Como vem a ser seu, depende da natureza do objeto e da natureza da força essencial que a ela corresponde, pois precisamente a determinidade (Bestimmtheit) dessa relação constitui o modo particular e efetivo da afirmação (MARX, 1968).

E, de acordo com o autor, a objetivação da essência humana, tanto no aspecto teórico como no aspecto prático, é, pois, necessária, tanto para tornar humano o sentido do homem, como para criar o sentido humano correspondente à riqueza plena da essência humana e natural.

Somente no estado social, subjetivismo e objetivismo, espiritualismo e materialismo, atividade e passividade deixam de ser contrários e perdem com isso seu modo de existência como tais contrários; vê-se como a solução das mesmas oposições teóricas só é possível de modo prático, só é possível mediante a energia prática do homem. A própria história é uma parte efetiva da história natural, do vir-a-ser da natureza no homem.

Para Marx, o homem é o objeto imediato da ciência natural. O primeiro objeto do homem — o homem — é natureza, sensibilidade; e as forças essenciais, particulares, sensíveis e humanas, como encontram apenas nos objetos naturais sua efetivação, só podem encontrar na ciência da natureza seu próprio conhecimento.

Um ser só se considera autônomo, quando é senhor de si mesmo, e só é senhor de si, quando deve a si mesmo seu modo de existência. Um homem que vive graças a outro, se considera a si mesmo um ser dependente.

Veremos adiante como esse homem, como ser social, transforma sua vida através do trabalho.

Marx e as categorias trabalho e alienação

A categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um modo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, no sentido em que se expressa em uma categoria mais concreta.

A alienação aparece tanto no fato de que meu meio de vida é de outro, que meu desejo é a posse inacessível de outro, como no fato de que cada coisa é outra que ela mesma, que minha atividade é outra coisa, e que, finalmente (e isto é válido também para o capitalista), domina em geral o poder desumano.

O trabalho parece ser uma categoria muito simples. E também a representação do trabalho nesse sentido geral – como trabalho geral – é muito antiga. Entretanto, concebido economicamente nesta simplicidade, o “trabalho” é uma categoria tão moderna como são as relações que engedram esta abstração. (MARX, 1978, p. 118). Mas o trabalho (transformador da natureza) existiu antes que existisse os capitalistas, que se apropriaram desse trabalho transformando-o em trabalho alienado.

Para Marx (1978)

A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e,

portanto, é-lhes indiferente. Nesse caso o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. (MARX, 1978, p. 119).

A abstração da categoria “trabalho”, “trabalho geral” é ponto de partida da Economia Moderna. A abstração mais simples, só aparece no entanto nesta abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade mais moderna. As categorias mais abstratas são igualmente produtos de condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições dentro dos limites destas. (MARX, 1978 p. 120)

A sociedade burguesa, para Marx, é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção, onde, as categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas suas relações de produção de todas as formas de sociedade. Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade (MARX, 1978, p. 120-121).

Na sociedade em que domina o capital, o que prevalece é o elemento produzido social e historicamente. Não se compreende a renda da terra sem o capital, entretanto compreende-se o capital sem a renda da terra. *O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo* (grifos nossos). Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade, trata-se de sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa. O capital, enquanto capital comercial ou capital de dinheiro, aparece precisamente sob forma abstrata sempre que o capital não é ainda o elemento dominante das sociedades. (MARX, 1978, p. 122).

A medida em que a concepção da práxis, como relação sujeito-objeto, deixa de ser a categoria fundante, a vinculação essencial entre prática sócio-humana e sua matéria torna-se meramente externa e estrutural.

O modo de produção da vida material

Marx (1978) aponta que na produção social da própria vida

[...] os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual

correspondem formas sociais de determinadas de consciência. “O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Em uma certa etapa do desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é que a sua expressão jurídica (MARX, 1978, p. 129-130).

As transformações materiais da base econômica de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, enfim, as forças ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim.

Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Para Marx,

As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com esta formação social se encerra a pré-história da sociedade humana. (MARX, 1978, p. 129-130).

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1978, p.116)

O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta se não especulativamente, teoricamente. Por isso também, no método teórico [da economia política, o sujeito – a sociedade] – deve figurar sempre na representação como pressuposição (idem, p.117).

A seguir veremos como surge o Serviço Social na sociedade brasileira e como foram importantes as teorias de Marx nas transformações na formação acadêmica (rupturas teóricas) e novas práticas profissionais da categoria.

Serviço Social Brasileiro: Breve histórico

Na década de 1930, o Serviço Social surge no Brasil intimamente vinculado às iniciativas da Igreja Católica, por meio dos movimentos da ação social e da ação católica,

apostolado junto à família operária e fortes influências do Serviço Social francês e belga. O período de 1936 a 1945 marca o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social e sua expansão no país, com prevalência da influência católica. Em 1936 é criado o primeiro curso na Escola de Serviço Social de São Paulo (que se incorpora à PUC-SP em 1972).

Após a Segunda Guerra Mundial nos chamados “trinta anos gloriosos”, a produção em massa para o consumo de massa dinamiza a acumulação de capital, gerando excedente. Permitiu, assim, que famílias pudessem aplicar sua renda monetária para consumir e dinamizar a economia. Ainda que não se possa falar de um Welfare State consolidado no Brasil, a prestação de serviços sociais públicos foi expandida, criando condições para a constituição de um mercado profissional de trabalho e de institucionalização da profissão, com influência dos EUA, expresso nas formulações do Serviço Social de caso, de grupo e no desenvolvimento de comunidade. (IAMAMOTO, 2017).

Um marco importante no Serviço Social na América Latina ocorre entre 1965 e 1975: o movimento de reconceituação, impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente que se refratavam na universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, com nítidas particularidades nacionais. Recusa a importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na crítica aos fundamentos das abordagens de Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade, e no início da década de 1970 ocorrem as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista. Esse momento é de grande importância para a profissão. Onde, em direção à teoria crítico dialética, foi fundamental para compreender as bases histórico-ontológicas que fundam a profissão com a intenção de construção de um projeto profissional que intente superar as práticas pragmáticas e conservadoras que historicamente direcionaram o trabalho profissional.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo é expressão de amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, onde, a ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do estado de direito. (IAMAMOTO, 2017).

Na década de 1970, com alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. Revigora-se uma ampla e fecunda organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais. (IAMAMOTO, 2017). Ocorre o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas pelas agências públicas oficiais de fomento à pesquisa e inovação tecnológica (conquista pioneira no Serviço Social

latino-americano), afirmando o estatuto teórico da profissão e sua contribuição à produção de uma massa de conhecimento crítico na formação de cultura contra hegemônica.

O trabalho das (os) assistentes sociais são as condições peculiares da divisão social e técnica do trabalho imperante na sociedade burguesa. O trabalho do Serviço Social tem como característica sempre presente a exigência da interferência nas variáveis empíricas nos espaços profissionais, o que possibilita uma intervenção que transforme a vida dos sujeitos.

O Serviço Social em tempos de crise econômica e política no país sofre com ampla investida contra o legado de direitos dos trabalhadores e avanço na privatização da coisa pública. Mas, o profissional busca distintas formas de resistência contra as desigualdades e disparidades sociais.

O objeto de trabalho do Serviço Social: a Questão Social

O Serviço Social tem como objeto de trabalho a questão social em suas múltiplas e diferenciadas expressões. A questão social é mais que as expressões da pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social. A subordinação da sociabilidade humana às coisas retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. (IAMAMOTO, 2007, p. 125)

A sociabilidade que o sistema capitalista tem imposto à sociedade tem criado cenários muito delicados. Esse é o percurso desenhado por uma dimensão capitalista, neoliberal, focada no mercado.

A atuação da (o) assistente social se modifica e sofre redefinições com as mudanças dos contornos da questão social, mas se trata de uma atuação sempre referida aos processos de criação de condições fundamentais para a reprodução social. O trabalho profissional enfrenta a necessidade de renovação e mudança, como resultado das transformações que ocorrem nas relações sociais que peculiarizam o desenvolvimento do capitalismo no país.

Diante deste quadro, ganham evidência as defesas de alternativas privatistas para a questão social, crescem as ações no campo da filantropia e as organizações não governamentais, sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, envolvidas na construção de uma esfera de interesse público, não estatal. Onde

o modelo de Estado neoliberal proposto, é um “modelo” que redesenha suas ações sociais, que, de acordo com nossas políticas sociais revela-as distantes da universalidade e com uma direção compensatória e seletiva centrada em situações limites em termos de sobrevivência e seu direcionamento aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado e que apela para a solidariedade social e se põe como parceiro da sociedade em suas responsabilidades sociais, redesenhando as ações sociais e as políticas sociais em geral.

Ainda nos defrontamos com o legado da subordinação do social ao econômico. O social constrangido pelo econômico. O social refilantropizado, despolitizado e despublicizado.

A privatização do Estado Brasileiro a partir da década de 1990 intensifica as transformações no mundo do trabalho, inclusive das (os) assistente sociais, como veremos a seguir.

Transformações no trabalho das (os) Assistentes Sociais

É na trama de relações sociais concretas, na história social da organização da própria sociedade brasileira que se gestam as condições para que, no processo de divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social constitua um espaço de profissionalização e assalariamento. A (o) assistente social integra ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado.

Na década de 1990, o processo de precarização do trabalho no contexto das transformações e redefinições na contemporaneidade. No caso do Brasil, as diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem na atualidade novas configurações e manifestações. Presenciam-se mais claramente os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais e um contexto societário de transformações no trabalho é marcado pela retração e pela erosão do trabalho contratado e regulamentado.

No contexto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, ocorreram profundas transformações do trabalho e da vida social, consolidando-se “o binômio flexibilização/precarização e a perda da razão social do trabalho”. (RAICHELIS, 2011, p. 421).

A dinâmica de flexibilização/precarização no trabalho se dá pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, pressão pelo

aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outras. (RAICHELIS, 2011).

As condições atuais do capitalismo contemporâneo — globalização financeira dos capitais e sistemas de produção apoiados intensivamente nas tecnologias de informação — promovem expressivas mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho, com trabalhadores flexibilizados, informalizados, precarizados, pauperizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva. (Antunes, 2005 apud Raichelis, 2010).

Além disso, de acordo com Boschetti (2011),

Com a ampliação do ideário liberal, nos espaços públicos, a não realização de concursos públicos em conformidade com as demandas do trabalho tem levado à terceirização do trabalho, à precarização, à superexploração da força de trabalho, à inserção dos (as) profissionais em dois ou três campos de atuação com contratos precários, temporários, o que tem causado adoecimento físico e mental. (BOSCHETTI, 2011, p. 562).

Nos últimos anos se revela uma extrema fragilidade nas relações de trabalho com o crescimento das privatizações, terceirizações e parcerias público privadas. Portanto, a flexibilização e a desregulamentação da legislação trabalhista, assim como o enfraquecimento das organizações representativas dos trabalhadores, foram estratégias importantes na consolidação da contrarreforma trabalhista.

A tendência de redução do Estado e a racionalização dos gastos com as políticas sociais acarreta aos profissionais (inclusive ao assistente social) na esfera pública a diminuição de demandas, sucateamento do aparato organizacional e institucional, a precarização das condições de trabalho, principalmente em face do perigo da terceirização/privatização do espaço público.

A precarização do trabalho faz com que “a condição de trabalhador assalariado — seja nas instituições públicas ou nos espaços empresariais e privados “sem fins lucrativos”, não disponham nem tenham controle sobre todas as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional”.

O trabalho da (o) assistente social sofre profundas inflexões decorrentes das novas configurações do mercado de trabalho que incidem também nos espaços em que se inserem como trabalhadores assalariados, que não escapam das determinações estruturais que movem os processos de intensificação e precarização do trabalho, no contexto da crise mundial. Além do baixo nível salarial e de sindicalização, temos ainda a

inobservância da lei de trinta horas de trabalho de parte de muitos empregadores. Aliam-se situações de insalubridade e de assédio moral.

A redefinição do papel do Estado no Brasil delineou novos contornos para o mercado de trabalho da (o) assistente social, com novas atribuições, funções, bem como requisitos e habilidades, sob novas condições e relações de trabalho com incidências sobre a autonomia profissional.

Desafios ao Serviço Social (e para outras profissões)

As políticas anticrise de raiz liberal são partes de um projeto de classe destinadas a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos. Alarga-se a distância entre ricos e pobres, radicalizando as desigualdades sociais e as lutas contra as mesma. (IAMAMOTO, 2017).

Como apontado no item anterior, as mudanças na sociedade contemporânea colocam grandes desafios. No caso brasileiro, a crise econômica convive com a prolongada crise política no país. Amplia-se o espaço para o radicalismo de direita, a investida contra o legado de direitos dos trabalhadores e o avanço exponencial e veloz na privatização dos serviços estatais.

Mediante a grave crise político-institucional no país, são atualizados e radicalizados traços históricos persistentes de nossa burguesia associada e dócil à dependência externa, na condição de sócio menor dessa aliança, alimentado pela apropriação privada da coisa pública mediante a captura do Estado nacional para seus fins privados. A crise no trabalho, no emprego e na sua força política. Tem-se o descenso na luta dos trabalhadores, a intensificação da repressão e a criminalização das formas de resistência. (IAMAMOTO, 2017).

O próprio estatuto profissional tem tendência a reconhecer como legítima as análises empiristas e o pragmatismo teórico como sendo a forma mais adequada de conhecer a realidade. Portanto, se os profissionais não procurarem desenvolver uma forma de conhecer a realidade social que busque apreender o movimento do concreto em sua totalidade, com o objetivo de desenvolver uma intervenção crítica sobre os fenômenos, fatalmente produzirão um trabalho sem direção política e sem potencial transformador.

Também não devemos realizar análises teóricas que não ultrapassem a mera aparência dos fenômenos, pois, isso dificulta o surgimento de um trabalho crítico e, ao

mesmo tempo cria condições para que o trabalho seja superficial, sem a devida observação sobre a realidade social.

Grandes são os desafios para os profissionais na contemporaneidade, Entretanto, o exercício da profissão é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional, impregnando essa atividade dos constrangimentos do trabalho alienado.

Com base nos fundamentos históricos e conceituais, os grandes desafios para o Serviço Social nas transformações contemporâneas da sociedade brasileira são: fortalecer os vínculos com as instituições de organização da luta social, que permanecem na resistência contra o capital, e avançar na inserção dos movimentos de rearticulação da organização classista dos trabalhadores.

Considerações Finais

De acordo com as questões apresentadas no texto, o profissional tem um grande caminho a percorrer, o Serviço Social brasileiro, que se defronta com estas complexas transformações societárias, não está desprovido de qualificações, tratando-se de uma profissão que alcançou a maturidade e que vem se constituindo em interlocução privilegiada em seus diversos espaços de ação.

O Serviço Social e o marxismo possuem um denominador comum, ou seja, ambos têm como substrato a sociedade burguesa. Para o Serviço Social, a questão social é um fenômeno completamente indissociável do capitalismo. O capitalismo é, para Marx, a produção e reprodução ampliada da questão social. Para a tradição marxista no Serviço Social, a superação da questão social é, inevitavelmente, também a ultrapassagem da sociedade capitalista.

Apesar do aprofundamento nos espaços acadêmicos dos estudos referentes a tradição marxista, o que ocorre nos espaços profissionais é que estes desenvolvem, pouco e fragilmente, estratégias de atuação que visam á sistematização do seu trabalho profissional. Isso cria largos caminhos para a reposição contínua do conservadorismo e do imediatismo presentes em amplos setores profissionais.

É hora de acumular forças no campo teórico e político e soldar a organização dos trabalhadores para fazer frente à vigorosa reação das forças regressistas. É preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações

mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem.

É preciso discutir as estratégias de organização coletiva frente aos processos de precarização do trabalho, no contexto do conjunto dos trabalhadores. Embora a perspectiva neoliberal se utilize de inúmeros mecanismos para dividir o conjunto dos trabalhadores e suas entidades coletivas, é por meio da ação coletiva que são criadas condições concretas para a melhoria das condições de trabalho.

É preciso construir de espaços (acadêmicos e institucionais) que possibilitem a apreensão das múltiplas determinações em que o trabalho profissional é desenvolvido, assim, se torna possível criar espaços para favorecer e construir alternativas críticas para a atuação das (os) assistente sociais.

Referências

BOSCHETTI, I. **Condições de trabalho e a luta dos (as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 107, 2011.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

MARX, K. *Prefácio. Para a crítica da economia política.* São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos de 1848.** Tradução de José Carlos Bruni et al. 3. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1985. Coleção os Pensadores.

RAICHELIS, R. **Intervenção profissional do assistente social e condições de trabalho no SUAS.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 104, Especial, out./dez. 2010.

_____. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 107, 2011.